

ESTADO DE SÃO PAULO

“Aliança não tem sinal de ruptura”

New York Times: Com todas as indicações de ruptura da Aliança Democrática, quem sabe até o seu colapso, sr. presidente, o sr. está preocupado com a perda de poder político do seu governo e continua firme em sua intenção de ficar quatro anos no poder?

A Aliança Democrática não tem qualquer sinal de ruptura. Eu acho que nós devemos consolidar a Aliança Democrática cada vez mais, e ela está num processo de consolidação. Nesses primeiros meses, dentro do Congresso Nacional, nós temos naturalmente que enfrentar alguns ajustamentos das nossas forças. Mas, se fizermos um balanço, verificamos que a Aliança Democrática termina esse primeiro semestre de ação legislativa muito mais consolidada do que começou. E, segundo mensagem que mandei ao Congresso Nacional, as eleições diretas foram restauradas e o período do meu mandato será determinado pela Assembleia Nacional Constituinte, que será representativa do povo brasileiro, para tomar essa decisão.

Agência japonesa — Eu gostaria de fazer uma pergunta sobre cooperação econômica, considerando os países desenvolvidos e também o Japão, principalmente com relação a grandes projetos, como Carajás e outros.

Nossas relações com o Japão nesse instante são as melhores possíveis e, em matéria de cooperação econômica, os nossos projetos se desenvolvem em absoluta normalidade, e o Japão está tendo uma colaboração em relação a Carajás, não somente no que se refere à construção, como também às possibilidades de comercialização do minério ali produzido.

AP — Sr. presidente, qual é o papel dos militares no seu governo, e por que eles ainda têm uma influência que pode ser considerada excessiva dentro de um governo civil democrático?

A posição dos militares no meu governo, é a posição que eles têm em face da Constituição. São forças destinadas a manter a ordem e as instituições. Eu acho que eles estão tendo a função constitucional, não tendo nenhuma influência, nem menor do que aquela destinação histórica e constitucional que nós temos no País. Um país regulado por uma lei fundamental.

Agência Angola Press — Como o sr. sabe, seguramente, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou recentemente, no dia 21 de junho, a sua Resolução 566, na qual exorta os membros da ONU a exercerem sanções voluntárias contra a África do Sul. Sanções voluntárias essas que englobariam a revisão das ligações aéreas, a cessação de novos investimentos, a cessação das relações desportivas, etc. Portanto, qual é a disposição do Brasil, neste momento, em face dessa resolução recentemente aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas? Está o Brasil na disposição de aplicar essa resolução, que pede sanções voluntárias de todas as nações contra a África do Sul?

Eu acho que a nossa posição em relação ao apartheid, que é o caso fundamental da África do Sul, é bem clara: o Brasil acha que a política do apartheid é realmente uma política desumana e contra a própria Humanidade. Nesse sentido, o País tem sido de extrema coerência na manifestação da sua condenação à política do apartheid. E ao mesmo tempo nós temos apoiado firmemente todos os países africanos no sentido da condenação da África do Sul sobre essa posição, no que se refere ao apartheid. Agora mesmo, o governo brasileiro teve oportunidade de manifestar sua posição pelo visto que foi negado a visita pastoral que deveria fazer à África do Sul o arcebispo de São Paulo, dom Evaristo Arns. E por outro lado, nós temos apoiado também firmemente a Namíbia, de maneira que, quanto à África do Sul, não há da parte do País qualquer vacilação no sentido da condenação da política racial sul-africana.

Latin America Daily Post — Na sua primeira entrevista coletiva, referindo-se à dívida externa, o sr. mencionou o risco político, além do risco econômico. Qual o significado desse risco político no contexto internacional?

Eu acho que esse é o ponto mais delicado da dívida externa. Em relação ao Brasil, eu vou repetir, eu acho que a dívida externa não é um risco econômico. O País tem grandes potencialidades e o desejo de honrar sempre como um grande país os seus compromissos. Mas, desde o momento em que a dívida externa seja um entrave ao desenvolvimento econômico, que ela seja uma causa de desemprego, que ela seja uma causa de manutenção de salários baixos para que o País possa ter competitividade internacional em economia voltada para a exportação, naturalmente que ela pode se transformar num grande risco social. Porque pode provocar convulsões sociais que são absolutamente incontroláveis e que fogem às nossas decisões e que fogem às nossas esperanças de um país que deseja ter instituições democráticas bastante consolidadas.

Jornal de Zurique — Sr. Presidente, no caso de o reordenamento econômico atual brasileiro não dar certo, o governo considerará a possibilidade de uma solução à Argentina, quer dizer, tratamento de choque?

Cada país tem a sua peculiaridade. A situação do Brasil é a situação do Brasil. Nós estamos tendo saldos comerciais, estamos com uma balança com o comércio exterior bastante dinâmica, ao mesmo tempo nosso objetivo e os indicadores econômicos mostram que há uma retomada do desenvolvimento econômico. Nosso objetivo é crescer neste ano 5% e, possivelmente a partir do próximo ano, cresceremos com taxas um pouco mais elevadas, sem correr o risco de taxas que possam também jogar num processo maior inflacionário. E eu não tenho nenhum pessimismo de que não dêem absolutamente certo as providências que nós estamos tomando e executando, em matéria da política econômica do País. Assim, eu acho que nós não vamos ter oportunidade de ter tratamento de choque. Nós acreditamos que o tratamento gradual está tendo efeitos. Quando assumimos o governo, nós

sabemos todos que a perspectiva de inflação em relação ao Brasil era de 400%, 500%, e nenhuma empresa multinacional não trabalhava em seus orçamentos senão com uma inflação brasileira da ordem de 500%. Entretanto, essa perspectiva inflacionária reverteu-se e nós vamos firmemente mantê-la cada vez caindo mais. Não é o exemplo brasileiro. Portanto, nós não podemos comparar com o exemplo de outros países que tomaram medidas extremas com uma inflação da ordem de mais de 1.000%.

London Daily Express — Sr. presidente, nos últimos 25 anos foi descoberto que os criminosos nazistas viveram no Brasil. Essas pessoas foram responsáveis pelas mortes de mais de dois milhões de civis durante a Guerra Mundial, mas viveram aqui. O que o governo pretende fazer contra essas forças antidemocráticas?

Esse é um caso de polícia que naturalmente deve ser endereçado à área respectiva de São Paulo e é lamentável que nós tenhamos ainda hoje no mundo manifestações dessa natureza. Ao caso do Brasil, eu como presidente do Brasil lamento profundamente que tenhamos tido, em nosso país, sem que nenhum de nós soubesse, porque se soubéssemos aqui naturalmente não ficaria um homem que prestou tanto mal a Humanidade. E nós esperamos que já tivemos o desconforto de tê-lo em vida, que não tenhamos os seus ossos.

Jornal de Milão — Sr. presidente, o Brasil está a caminho da democracia, mas continua com uma legislação sindical inspirada na do fascismo italiano. Essa situação vai mudar? E o sr. é favorável a sindicatos livres ou ligados ao Estado?

É um compromisso da Aliança Democrática que consta no seu programa a autonomia sindical, a liberdade sindical. Uma das primeiras providências tomadas pelo governo foi justamente suspender as limitações existentes da lei em relação a líderes sindicais que tivessem sido punidos. Assim, eles foram anistiados. E nós estamos mandando justamente ao Congresso, no próximo semestre, uma reforma da Lei de Greve e também alguns projetos no que se refere à liberalização em relação ao problema sindical.

Os sindicatos continuam ligados ao Ministério do Trabalho?

Essa é uma decisão a ser tomada pela Assembleia Nacional Constituinte e também terá que ser discutida com os próprios trabalhadores. Na última vez que nós estivemos juntos e discutindo com todos os presidentes das grandes confederações sindicais de trabalhadores do Brasil, nós reafirmamos o compromisso da liberdade e autonomia sindical e houve uma certa divergência quanto à manutenção ou não em relação aos fundos do imposto sindical a serem arrecadados e repassados pelo Estado. Mas, eu acredito, essa é uma decisão a ser tomada pelos trabalhadores se eles desejam qualquer vínculo ou nenhum vínculo com o Ministério do Trabalho. De nossa parte o cumprimento do compromisso da Aliança Democrática é da liberação e autonomia sindical.

ANSA — Através de um programa nuclear paralelo ou sigiloso, o Brasil estaria desenvolvendo tecnologia para fazer bomba atômica. A Argentina também. Não seria o caso de sérias negociações de estatísticas entre ambos países para abrir mão do aproveitamento não-pacífico da energia nuclear, evitando enormes gastos improdutivos e impedindo a possibilidade de novas aventuras militares internas ou externas?

Nós não acreditamos que a Argentina tenha o desejo de fabricação de bomba atômica. De nossa parte, também nós não temos nenhum programa nesse sentido. O nosso interesse por dominar a tecnologia do átomo se refere exclusivamente à sua utilização pacífica. Como todos nós sabemos, o Brasil é um País que não é rico de combustíveis fósseis. Nós temos necessidade de ter acesso à tecnologia do átomo de modo que possamos ter no terreno da energia, sobretudo e fundamentalmente nesse, uma posição que possa colocar sobre as áreas nossas mais industrializadas não dependentes a curto prazo em matéria de energia. Nós somos signatários do Tratado de Tlatelolco, no qual o Brasil se compromete à desnuclearização da América Latina. Nós não queremos de nenhuma maneira que a América Latina seja envolvida em qualquer tipo de armamento nuclear. É uma posição que temos decidida e que será mantida. A América Latina tem talvez esse privilégio hoje de ser a única parte do mundo que ainda está preservada da existência de arsenais nucleares. E nós desejamos que ela seja permanentemente assim.

Jornal de Israel — A cooperação técnica entre Brasil e Israel, iniciada há mais de 20 anos, certamente beneficiou o Nordeste. Mas essa cooperação terminou em 1978. Não acha que seria oportuno renovar o acordo cooperação técnica com Israel?

Nós estamos absolutamente abertos a examinar, através do Ministério das Relações Exteriores, qualquer proposta ou desejo de cooperação técnica em relação ao Nordeste e também em relação a qualquer outro setor do nosso país.

Qual é a política do Proálcool, na Nova República? É cogitada a instalação de minidestilarias de álcool em forma de cooperativas? Como vai se acomodar essa implantação em regiões longínquas com a reforma agrária?

Eu não vejo qualquer vinculação maior entre a reforma agrária e a implantação de refinarias que possam colidir no programa do Proálcool. O Plano Nacional de Reforma Agrária se destina justamente a atuar prioritariamente nas áreas de conflito onde já existe conflito agrário, que é aquele conflito que diz respeito à dívida sobre a propriedade da terra, que não diz respeito à invasão, uma vez que em face da nossa lei, para repetir, a invasão em face do Código Civil seria esbulho, em face do Código Penal seria crime e, por outro lado, também a reforma agrária a ser implantada na área dos latifúndios improdutivos. E confesso que não vislumbro qualquer antagonismo entre a existência de refinarias e o programa da reforma agrária.